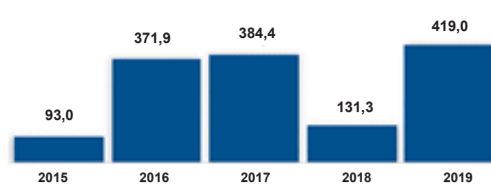
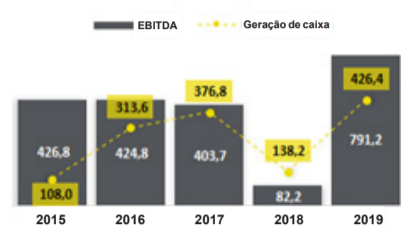
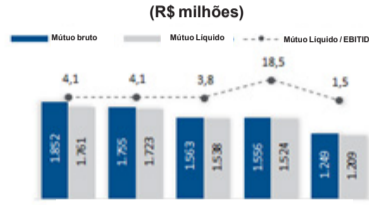


RELATÓRIO ANUAL 2018
Amortização do mútuo
(R\$ milhões)


O EBITDA totalizou R\$ 791 milhões em 2019 – o melhor resultado da história da Companhia, um aumento de R\$ 388 milhões comparado a 2017. A margem EBITDA de 2019 foi de 85%. A dívida líquida finalizou 2019 em R\$ 1,2 bilhões, reduzindo R\$ 0,3 bilhões comparado a 2017, principalmente como resultado da amortização de R\$ 550 milhões do mútuo com os acionistas da Companhia (R\$ 131 milhões em 2018 e R\$ 419 milhões em 2019) e geração de caixa de R\$ 565 milhões (Resultado acumulado de 2018 e 2019). Os investimentos somaram R\$ 22 milhões em 2019, sendo compostos por R\$ 9,6 milhões em projetos de manutenção das operações, R\$ 6,5 milhões com reflorestamento e R\$ 5,9 milhões com projetos de segurança e atendimento à legislação.

EBITDA / Geração de caixa
(R\$ milhões)

Endividamento
(R\$ milhões)


DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS. RECEITA BRUTA. Em 2019, a Ferroport obteve uma receita com minério de ferro de R\$ 983 milhões, um aumento de 72% em comparação à receita de 2017. A variação positiva ocorreu devido ao maior câmbio do período e acordo celebrado entre as partes com o encerramento das arbitragens entre Ferroport, Anglo American e Prumo, compensando a redução nas tarifas. Em conjunto, as operações no T-Oil resultaram em uma receita de R\$ 52 milhões em 2019, um aumento de 104%. **Composição de Ebitda:**

| R\$ Mil | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Receita Líquida | 553.694 | 550.917 | 525.875 | 191.108 |
| Opex | (126.869) | (126.134) | (122.213) | (108.900) |
| EBITDA | 424.783 | 403.661 | 392.208 | 791.174 |

*EBITDA gerencial. Opex sem Depreciação/Amortização e Outras receitas/despesas operacionais.

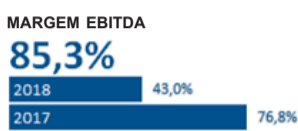
A receita líquida de 2019 apresentou um aumento de 76% comparado a 2017. Houve, também, um aumento nos custos e despesas operacionais em função, principalmente, do maior consumo de energia e materiais, além do maior custo com manutenção de equipamentos.

| OpEx-R\$Mil | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Pessoal | 57.229 | 50.582 | 57.325 | 48.071 |
| Depreciação e Amortização | 41.017 | 44.153 | 37.722 | 53.618 |
| Serviços de Terceiros | 34.277 | 32.138 | 29.254 | 21.746 |
| Aluguéis e Arrendamentos | 9.417 | 7.071 | 6.203 | 4.216 |
| Seguros | 5.347 | 4.522 | 4.188 | 3.765 |
| Consumíveis | 30.779 | 29.815 | 36.278 | 25.433 |
| Contingências | - | 1.104 | 45 | 12.635 |
| Viagens e Representações | 691 | 511 | 391 | 400 |
| Outros | 6.928 | 6.934 | 2.730 | 6.137 |

Os custos e despesas de 2019 totalizaram R\$ 198 milhões, um aumento de R\$ 23,5 milhões em relação a 2017. Os principais impactos ocorreram nas linhas de depreciação/amortização, em virtude da aceleração dos créditos de PIS/COFINS sobre as edificações, além do aumento nas linhas de contingências e consumíveis, em razão do maior consumo de energia. Em contrapartida, houve redução de gastos com pessoal e aluguéis / arrendamentos, devido a redução da frota de veículos e locação de outros equipamentos. **LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO.** Em 2019, o lucro líquido foi de R\$ 409 milhões, representando uma margem líquida de 44%. Houve um acréscimo de 42% em relação a 2017, ocasionado principalmente pelo maior câmbio, encerramento da arbitragem e queda da taxa Selic. **SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE. SUSTENTABILIDADE.** A Ferroport busca estar próxima às comunidades, valorizando a transparência das informações e a construção de um espaço de diálogo permanente, com o objetivo de identificar parceiros e oportunidades, além de colaborar para o desenvolvimento econômico e social local. A Companhia opera de forma responsável, respeitando o meio ambiente e a comunidade. Orientada por uma visão ampla de sustentabilidade, a Ferroport investe em ações que produzem

um legado positivo e potencializam as oportunidades na comunidade onde atua. Em 2019, a Ferroport esteve presente periodicamente nas comunidades através dos grupos de diálogo. Foram realizados 43 encontros em sete localidades de São João da Barra, com mais de 800 participantes. Além disso, foram realizados investimentos nas ações de conscientização e preservação do meio ambiente. Os colaboradores e familiares foram envolvidos em diversas atividades (Soltura de tartarugas; Nas Trilhas da Ferroport; Semana do Meio Ambiente e outras). Foram 920 colaboradores Ferroport, Anglo American e empresas parceiras participando ao longo do ano. **Programa de Educação Ambiental.** Programa desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de São João da Barra e filiado da União dos Escoteiros do Brasil – UEB. O Grupo dos Escoteiros do Mar 129º GEMAR São João da Barra, deu continuidade nas atividades de educação ambiental (mutirões de limpeza de praia, atividades conhecendo a restinga, arrecadação de tampinha plástica, distintivo mares limpos e outras). No total são 40 crianças e adolescentes escoteiros beneficiados. O Programa de visitas "Portas abertas" recebeu 400 pessoas entre comunidade, colaboradores e familiares da Ferroport, Anglo American e empresas parceiras, onde conheceram as operações do site e também as ações de sustentabilidade desenvolvidas pela empresa. A parceria com empresas do Complexo do Açú é desenvolvida através de ações como o Fórum de Responsabilidade Social: reuniões organizadas pela PDA com objetivo de promover a sinergia das áreas de responsabilidade social das empresas. Fórum de Pesca: reuniões periódicas coordenadas pela GNA com objetivo de promover a interação entre os atores que atuam no ambiente marítimo da região do porto e as empresas do Complexo do Açú. Campanhas como Maio Amarelo e ABRACU: promovidas pela Porto do Açú – destinadas a conscientização de acidentes no trânsito e ações voluntárias desenvolvidas na comunidade. Campanha para Cadastro de Doadores de Medula Óssea. Foram 3.570 pessoas cadastradas, número acima da expectativa. Projeto "Se liga à Juventude" – Ong NBR e UNAIS Bras (ONU) com objetivo de conscientizar jovens sobre HIV. Participaram 300 adolescentes da periferia de Campos dos Goytacazes. Ações de Qualificação Profissional e Geração de renda: Desenvolvido em parceria com a Prefeitura de São João da Barra e Sistema FIRJAN, as ações visaram contribuir para a qualificação da mão de obra local e, consequentemente, aumento das oportunidades de emprego, por meio de cursos e oficinas. Em 2019, foram realizados 13 cursos com 370 pessoas capacitadas totalizando 500 horas, de capacitação, treinamento e oficinas como o Programa de Formação de Operador Portuário. Além da realização de feiras de artesanato e produtores rurais e programa de voluntariado. Foram 6 ações com 110 colaboradores envolvidos e 700 pessoas beneficiadas, no intuito de promover o envolvimento dos funcionários e comunidades vizinhas nos programas desenvolvidos pela empresa. **Programa de Reflorestamento.** Como demonstração do compromisso com o meio ambiente, a Ferroport foi a empresa que mais entregou áreas reflorestadas no Estado do Rio de Janeiro em 2019. Foram mais de 500 hectares de floresta quitados, ou seja, florestas autossuficientes que não necessitam mais de acompanhamento. A Ferroport possui um termo de compromisso ambiental que determina a quitação de 1.929 hectares reflorestados. Até o momento foram plantados 1.424 hectares. **Consumo de água.** A Ferroport faz uso da água potável captada e tratada no próprio site, o que proporciona maior rastreabilidade da água, segurança hídrica e economia. Até 2018 a empresa contava apenas com o fornecimento de água de um poço. Entretanto, em 2019, foi autorizado pelo INEA a outorga para utilização de um segundo poço, ampliando assim, a disponibilidade de recurso licenciado e a segurança hídrica. **Sistema de Gestão Integrada:** A Ferroport manteve-se focada em implementar o sistema de gestão integrada. Este sistema demonstra o compromisso da Companhia em garantir que suas operações estejam em conformidade com as normas e padrões mais elevados de gestão da qualidade dos serviços de logística portuária. Em 2019, foi concluída com sucesso, por meio de auditoria, a primeira etapa do plano de ação traçado em 2018 para implantação do SGI. A política de sustentabilidade foi revisada e alterada tomando-se Política do SGI, abrangendo as áreas de segurança e saúde ocupacional, responsabilidade social, meio ambiente e qualidade. Além disso, grande parte dos procedimentos e instruções de trabalho das áreas da Ferroport foram revisados e atualizados. **SEGURANÇA.** Não foram registrados acidentes com afastamento na empresa desde o início das operações em outubro de 2014, superando a marca de 5,5 milhões de homens horas trabalhadas sem acidentes com afastamento, incluindo empregados próprios e terceirizados. Em novembro de 2019, houve um incidente com um colaborador terceirizado resultando em afastamento. As verificações comportamentais foram realizadas com foco nas atividades críticas e com o acompanhamento de um coach, melhorando a qualidade das verificações nas atividades de campo no ano de 2019. A matriz de treinamentos obrigatórios de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO), que atende a todos os requisitos legais aplicáveis às operações da Ferroport, foi aplicada ao longo de 2019 totalizando 7.940 horas de treinamentos, garantindo a capacitação dos colaboradores. Para casos de emergências, uma equipe dedicada de bombeiros civis e socorristas, suportados por um caminhão de emergência, uma caminhonete para combate a incêndio e ambulâncias, estão de prontidão para agir e garantir um rápido atendimento. Ao longo do ano foram realizadas diversas campanhas de orientação e conscientização sobre promoção da saúde e segurança, tais como maio amarelo, outubro rosa, novembro azul, vacinação contra influenza, alimentação saudável e trajeto seguro. A CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) dentro de seu planejamento realizou a SIPAT Integrada 2019 (Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho), junto com a Anglo American e empresas contratadas. Mais de 500 colaboradores puderam participar de atividades direcionadas a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. A campanha de doação de produtos de limpeza e higiene pessoal, arrecadou mais de 1.000 itens, que foram divididos e doados aos asilos Nossa Senhora do Carmo em Campos dos Goytacazes e Retiro São João Batista em São João da Barra. **Relacionamento com auditores independentes.** Em atendimento à instrução normativa CVM nº 381/2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa para a Ferroport relacionados ao exame das demonstrações financeiras. Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. **Declaração da diretoria.** Nos termos da instrução CVM nº 480/09, os diretores da Ferroport declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Rio de Janeiro, A Administração.

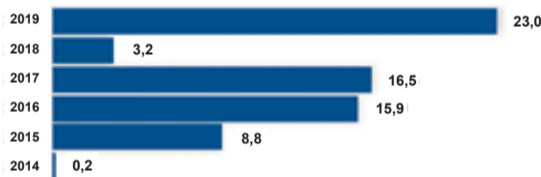
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO. O ano de 2019 marcou a retomada das operações de embarque de minério de ferro após a parada operacional em 2018. Ao longo do ano as expectativas foram superadas e finalizamos o período com os melhores resultados financeiros e operacionais da história da Companhia. Por este motivo queremos agradecer a todos que contribuíram para alcançarmos tais marcas, especialmente os nossos acionistas, pela confiança e credibilidade, nossos colaboradores, pelo comprometimento e trabalho duro, e aos nossos fornecedores, pela parceria. Comparado a 2017, tivemos um aumento de 96% no EBITDA e de 13% na geração de caixa de 2019. Além disso, atingimos o marco de 60 milhões de toneladas de minério de ferro embarcadas desde o início das operações em 2014. Conquistamos os resultados de 2019 mediante o compromisso com a **segurança** de nossos colaboradores (foram 4 anos sem acidentes), **respeito** (2.300 famílias envolvidas em programas sociais) e **responsabilidade socioambiental** (1.424 hectares reflorestados). Para 2020, esperamos um ano repleto de desafios e conquistas. Serão realizados investimentos para manter o embarque anual de 26,6 milhões de toneladas de minério nos próximos anos. Seguiremos comprometidos em tornar a Ferroport uma das empresas referência em eficiência e sustentabilidade nas operações portuárias de graneis. **PERFORMANCE OPERACIONAL & FINANCEIRA.** No ano de 2014, a Ferroport entrou em operação e realizou o primeiro embarque de minério de ferro – na ocasião, foram embarcadas aproximadamente 80 mil toneladas. De 2015 a 2018, a Companhia embarcou mais de 44 milhões de toneladas de minério de ferro, em um total de 288 navios. Em 2019, após a regularização do mineroduto Minas-Rio, as operações foram reiniciadas em alta intensidade. No ano, ocorreu recorde de carregamento em um único navio Capesize, com 205 mil toneladas de minério de ferro, além do marco histórico de 23 milhões de toneladas embarcadas em um ano. O EBITDA atingiu R\$ 791 milhões em 2019, impulsionado pela alta do dólar, maior número de operações no T-Oil e gestão eficiente dos custos e despesas. Além disso, em 2019 houve um acordo entre a Ferroport e seus acionistas, a fim de finalizar de forma irrevogável e definitiva as arbitragens que estavam em curso desde a paralisação das operações em 2018. A margem EBITDA fechou o ano com 85% da receita líquida, e foi registrado um lucro no período de R\$ 409 milhões. Estes foram os melhores resultados financeiros desde 2014. **HIGHLIGHTS 2019:**



De acordo com a ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), em 2019 foram embarcadas cerca de 350 milhões de toneladas de minério de ferro no Brasil. O volume embarcado no terminal de minério da Ferroport representou 6,4% deste total, sendo o terminal com o 4º maior volume embarcado do Brasil. Além disso, pode-se destacar que a Ferroport apresentou a 2ª melhor performance operacional, entre os portos brasileiros, com uma Prancha Média de Atendimento de 5.594 toneladas embarcadas por hora. A Ferroport seguiu evoluindo em 2019, alcançando mais um recorde de produção com um volume de 23 milhões de toneladas embarcadas. Um aumento de 45% comparado a 2016 e 40% contra 2017. Desde o início das operações em 2014, foram embarcadas 67,7 milhões de toneladas de minério de ferro em 428 navios.

Minério de ferro embarcado

Milhões de toneladas


Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Ativo | | | | |
| Ativo Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 38.600 | 31.655 | 39.327 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 14 | 373.440 | 30.126 | 373.521 |
| Estoque | 6 | 25.937 | 21.618 | 25.937 |
| Impostos a recuperar | 8 | 75.178 | 89.345 | 75.253 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 8 | 787 | 787 | 787 |
| Despesas antecipadas | | 1.077 | 1.842 | 1.080 |
| Outros | | 1.217 | 939 | 1.217 |
| Total do ativo circulante | | 516.236 | 176.312 | 517.122 |
| Ativo não circulante | | | | |
| Depósitos judiciais | 9 | 37.212 | 35.974 | 37.212 |
| Partes relacionadas - ativo a ser transferido | 14 | 210.102 | 210.102 | 210.102 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7 | - | 57.709 | - |
| Investimentos | 10 | 845 | - | - |
| Direito de uso | 11 | 4.283 | - | 4.283 |
| Imobilizado | 12 | 2.095.888 | 2.113.754 | 2.095.888 |
| Intangível | 13 | 683 | 1.541 | 683 |
| Diferido | | 3.123 | 3.781 | 3.123 |
| Total do ativo não circulante | | 2.352.136 | 2.423.236 | 2.351.291 |
| Total do ativo | | 2.868.372 | 2.599.548 | 2.868.413 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | |
| Passivo circulante | | | | |
| Fornecedores | | 22.884 | 18.510 | 22.885 |
| Salários e encargos a pagar | | 14.961 | 11.352 | 14.964 |
| Impostos a recolher | 15 | 28.095 | 3.196 | 28.095 |
| Passivos de arrendamentos | 11 | 1.569 | - | 1.569 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 15 | 112.763 | 16.631 | 112.802 |
| Partes relacionadas - contas a pagar | 14 | - | 30.898 | - |
| Partes relacionadas - empréstimos | 14 | 137.000 | 129.000 | 137.000 |
| Total do passivo circulante | | 317.272 | 209.587 | 317.313 |
| Passivo não circulante | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 15 | 35.454 | 34.485 | 35.454 |
| Passivos de arrendamentos | 11 | 2.820 | - | 2.820 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7 | 57.579 | - | 57.579 |
| Partes relacionadas - contas a pagar | 14 | 210.102 | 210.102 | 210.102 |
| Partes relacionadas - empréstimos | 14 | 1.111.814 | 1.426.545 | 1.111.814 |
| Receita diferida com partes relacionadas | 14 | 50.641 | 52.835 | 50.641 |
| Provisão para contingências | 16 | 18.186 | 15.613 | 18.186 |
| Impostos a recolher | 15 | 8.828 | 3.984 | 8.828 |
| Outros | | 20.332 | 20.534 | 20.332 |
| Total do passivo não circulante | | 1.515.756 | 1.764.098 | 1.515.756 |
| Patrimônio líquido | 17 | | | |
| Capital social | | 803.404 | 414.397 | 803.404 |
| Reservas de capital | | 94.589 | 94.589 | 94.589 |
| Reservas para contingências | | 109.595 | 109.595 | 109.595 |
| Reserva legal | | 27.756 | 7.282 | 27.756 |
| Total do patrimônio líquido | | 1.035.344 | 625.863 | 1.035.344 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 2.868.372 | 2.599.548 | 2.868.413 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|----------------|-----------------|----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Receita operacional líquida | 18 | 923.221 | 188.082 | 924.791 |
| Custos dos serviços prestados | 19 | (159.083) | (133.911) | (159.938) |
| Lucro bruto | | 764.138 | 54.171 | 764.853 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 20 | (37.617) | (41.640) | (37.711) |
| Provisão para redução ao valor recuperável | 21 | 1.650 | (4.354) | 1.650 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 22 | 13.095 | 20.051 | 13.095 |
| | | (22.872) | (25.943) | (22.966) |
| Total 2019 | | 741.266 | 28.228 | 741.887 |
| | | 470 | 276 | - |
| Resultado antes do resultado financeiro e impostos | | | | |
| Receita de Equivalência Patrimonial | | 470 | 276 | - |
| Resultado financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | 23 | 7.907 | 4.752 | 7.920 |
| Despesas financeiras | 23 | (113.908) | (126.613) | (113.910) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 635.735 | (93.357) | 635.897 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | 7 | (118.187) | - | (118.349) |
| Diferido | 7 | (108.067) | 64.595 | (108.067) |
| Total imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 409.481 | (28.762) | 409.481 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------------|-----------------|----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | 409.481 | (28.762) | 409.481 |
| Outros resultados abrangentes | | | | |
| Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado: | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos – ganho (perda) de hedge accounting | | - | 764 | - |
| Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes | | - | (260) | (260) |
| Total dos resultados abrangentes do exercício | | 409.481 | (28.258) | 409.481 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 201

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional. Em 2007, a Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. ("Ferroport" ou a "Companhia"), conhecida anteriormente como LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S.A., localizada no Estado do Rio de Janeiro, Rua da Passagem 123/ 11º andar – Botafogo, foi constituída com o objetivo de desenvolver e operar instalações portuárias e de prestar serviços de suporte logístico. A Ferroport é coproprietária de uma área de 300 hectares no Porto do Açú, que é destinada ao processamento, movimentação, armazenamento e petolização de minério de ferro, estrutura *offshore* formado por uma ponte de acesso, canal de acesso, quebra-mar e dois berços para o carregamento de minério de ferro. O desenvolvimento do projeto foi estabelecido pelo "Framework Agreement and Asset Allocation Agreement" ("Acordo"), que determina as relações operacionais e comerciais entre a Companhia, a Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Prumopar"), e a subsidiária da Prumo, a Açú Petróleo S.A. ("Açú Petróleo") e a Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A. ("AAMFB"). Em agosto de 2016, a Açú Petróleo realizou a primeira operação de transbordo de petróleo através de dois navios Suezmax, efetivando assim, o Acordo de Acesso ao Porto. Em 2019, Açú Petróleo realizou 51 operações (não auditado) em 123 navios (não auditado) embarcando aproximadamente 9,6 milhões de toneladas métricas (não auditado) de petróleo. Desde o início das operações em agosto de 2016, foram realizadas 102 operações (não auditado) em 234 navios Suezmax e VLCC (não auditado). Em 12 de março de 2018, a Anglo American Minério de Ferro do Brasil (AAMFB) identificou um vazamento no mineroduto através do qual a produção de minério de ferro é transportada de Minas (Minas - Rio) para o T-ORE, terminal portuário operado pela Ferroport. A AAMFB reparou o duto e restabeleceu as operações. Em 29 de março de 2018, a AAMFB identificou um segundo vazamento, e anunciou que as operações no mineroduto seriam suspensas por 90 dias, até que fosse executada uma inspeção detalhada do duto. Em 18 de abril de 2018, a Ferroport foi notificada pela AAMFB, indicando que os dois vazamentos, ocorridos em 12 e 29 de março, causaram a suspensão da licença de operação do mineroduto pelas autoridades locais, até que uma inspeção ao longo de toda sua extensão fosse executada, e sua segurança fosse confirmada por um especialista independente. Além disso, a AAMFB suspendeu os pagamentos de *Take or Pay*. Em junho de 2018, a Ferroport iniciou um procedimento de arbitragem contra a AAMFB por não cumprimento das obrigações estabelecidas no "Framework Agreement and Asset Allocation Agreement" ("Acordo"). O procedimento arbitral encontra-se em estágio inicial. Durante a parada operacional para manutenção do mineroduto, a Ferroport adotou medidas para mitigar os impactos operacionais e financeiros, incluindo o layoff para alguns empregados e renegociação dos principais contratos. Em 21 de dezembro de 2018, a AAMFB anunciou a retomada das suas operações. O reinício das operações seguiu uma extensiva e detalhada inspeção técnica ao longo dos 529 km (não auditado) do mineroduto, que transporta o minério de ferro em forma pastosa da mina para o porto, com o reparo preventivo de certas seções da tubulação e o recebimento das aprovações regulamentares apropriadas. A inspeção de toda a tubulação por meio de dispositivos especializados de inspeção de dutos ("PIGs") e a análise dos dados coletados por equipes de especialistas do Brasil e do exterior confirmaram sua integridade. Em 26 de dezembro de 2018, a operação retornou com o primeiro recebimento do minério de ferro após a paralisação. Em 09 de dezembro de 2019, a Ferroport e seus acionistas concordaram em fazer o "Settlement Agreement" a fim de encerrar e quitar de forma irrevogável todos os pleitos e defesas feitas em virtude do procedimento arbitral, sem qualquer consideração sobre o mérito da arbitragem, conforme descrito na nota 18. Em 2019, a Companhia embarcou 23 milhões de toneladas (não auditado) de minério de ferro através de 137 navios (não auditado) (3,2 milhões de toneladas (não auditado) em 19 embarcações (não auditado) durante 2018). Desde o início das operações, em outubro de 2014, a Companhia carregou 67,7 milhões de toneladas (não auditado) de minério de ferro, atingindo a marca de 428 embarcações (não auditado) atracadas no porto. **Controlada.** Veja abaixo a controlada da Ferroport Logística:

| Atividade | Participação societária |
|---------------------------------|-------------------------|
| Ferroport Serviços - Manutenção | 100% |

Em Agosto de 2018, Ferroport Serviços EIRELI ("Ferroport Serviços"), controlada da Ferroport Logística, iniciou as operações de prestação de serviços de manutenção e engenharia para empresas alocadas no terminal portuário.

2 Licenças.

| Tipo | Data de emissão | Vencimento |
|--|-----------------|------------|
| Permite o gerenciamento da fauna terrestre no porto pela companhia Firjan/Senai Engenharia Consultiva AA número IN003173 | 04/04/2019 | 04/04/2021 |
| A Permissão para o Uso de Recursos Hídricos - OUT IN005405 autoriza a extração de água por meio de poços tubulares, para consumo humano, e outras aplicações (na construção civil e para ser borrifada nas estradas), na Bacia Hidrográfica RH-IX – Baixo Paraíba do Sul; | 27/09/2019 | 27/09/2024 |
| INEA (Instituto Estadual do Ambiente): Licença de Operações (LO) para o recebimento de minério de ferro, unidade de transferência de minério de ferro do pátio de armazenamento, pier de carregamento, áreas de utilidades e oficina de reparos, área administrativa, dragagem para manutenção do calado para acesso e navegação, transbordo de resíduos de embarcações e atividades de carregamento de alimentos, insumos de água potável em embarcações. LO - Procedimento Regulatório 027024 (AVB002815). Renovação de licença por mais 6 anos - AVB003584. | 02/09/2015 | 22/12/2023 |
| ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) autoriza a Ferroport a iniciar a operação do terminal portuário. | 02/09/2014 | 02/09/2039 |
| Permissão para o reabastecimento temporário, pelo uso de caminhões-tanque, rebocadores, e lanchas no terminal de minério de ferro do Porto do Açú - LI nº.IN 047638. | 13/12/2018 | 13/12/2020 |

3 Base da preparação e apresentação das demonstrações financeiras. a. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), em observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, iniciada com a Lei 6.404/76 com atualizações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, complementados por novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os diretores da Companhia autorizaram a conclusão destas demonstrações financeiras em 27 de março de 2020. Esta é a primeira demonstração financeira anual com a adoção do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. As principais alterações nas políticas contábeis estão detalhadas na nota 10. **b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelo caixa e instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação.** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em *Reais*, que é a moeda funcional e de apresentação. Saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) nas taxas de câmbio de cada final de período. **d. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os principais aspectos que podem ser afetados pelo uso de estimativas são: • Imposto de renda e contribuição social diferidos; • Determinação da vida útil dos ativos fixos; • Determinação da vida útil de ativos intangíveis; • Perda do valor recuperável de ativos não financeiros; • Estimativas de recuperação de contas a receber; • Reconhecimento e mensuração para provisões de ações judiciais; • Cálculo do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação futura das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos uma vez ao ano. **e. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o propósito de honrar compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. A Companhia considera equivalentes de caixa um investimento de curto prazo com um prazo de três meses ou menos, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **f. Instrumentos financeiros.** Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A mensuração subsequente dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é registrada no balanço patrimonial a valor justo, e os correspondentes ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva. A Companhia avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Quando há evidência objetiva de redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável é mensurada como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. Quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido por uma provisão e o valor da perda é reconhecido no resultado. Se em um ano subsequente a perda por redução ao valor recuperável estimada aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou diminuída, ajustando a provisão relacionada. Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram e / ou quando a Companhia transfere seus direitos para receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, e transferiu substancialmente todos os riscos e recompensas relacionados ao ativo. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como "outros passivos" e não são mensurados pelo valor justo (ou seja, empréstimos). Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado. Um passivo financeiro é desconhecido quando o passivo é baixado ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou

os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como o desconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente nos mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não existe mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação, como o uso de transações recentes de mercado, referência ao valor justo atual de outro instrumento similar, fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. **Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018.** A Companhia classificou seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: • Empréstimos e recebíveis; • Mantidos até o vencimento; • Disponíveis para venda; e • No VJR, e dentro desta categoria como: – Mantido para negociação; – Instrumentos derivativos de hedge; ou – Designado a VJR.

Ativos financeiros a VJR Mensurados ao valor justo e suas alterações, incluindo juros ou dividendos receita, foram reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento Mensurados ao custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis Mensurados ao custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda Mensurados ao valor justo e suas alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receita de juros e diferenças de moeda estrangeira em instrumentos de dívida, foram reconhecidos no ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram baixados, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

Reconhecimento e mensuração inicial. Contas a receber e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente quando originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um caixa a receber sem um componente significativo de financiamento) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item que não esteja no FVTPL, custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Uma conta a receber sem um componente significativo de financiamento é mensurada inicialmente pelo preço da transação. **Classificação e mensuração subsequente. Ativos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo Amortizado, ao VJORA - instrumento de dívida, ao VJORA -instrumento patrimonial, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de Caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - Os termos que limitam o acesso da Companhia à fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e reclassificados para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, um derivativo ou designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despeza de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento. Ativos Financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos. *Passivos Financeiros.* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compen-

sar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g. Estoques.** Os estoques são representados por itens de manutenção e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. **h. Imobilizado.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, e o custo de construção incluem: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil da peça substituída é baixado. Todos os demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, no período incorrido. Itens do imobilizado são depreciados base no método linear, considerando a vida útil econômica dos bens (conforme descrito na nota 11). Terrenos não são depreciados. Itens do imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e disponíveis para uso. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis desde a fase de construção e instalação até o início de operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. **i. Ativos intangíveis.** Ativos intangíveis são representados por *software* adquiridos pela Companhia com vida útil definida, sendo mensurados pelo custo, menos amortização e perdas de valor recuperável, quando aplicável. **j. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment).** A cada data do balanço, a Companhia avalia se há evidências de redução do valor recuperável de um ativo financeiro. Se houver evidências ou se for necessário submeter um ativo a teste de *impairment*, a Companhia estima o valor recuperável deste ativo. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos despesas de venda e o seu valor em uso. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto (antes de impostos) que refleta as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida em anos anteriores. **k. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. **l. Receita operacional.** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada em um contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre um serviço para o cliente. A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e o momento da satisfação de contratos com o cliente, incluindo condições de pagamento e a política de reconhecimento de receita relacionada. A receita é reconhecida pelo regime de competência conforme a prestação do serviço, que está vinculada aos serviços de armazenamento, expedição, operações logísticas e acesso ao porto.

| Natureza do Serviço | Natureza e época da satisfação das obrigações de desempenho, incluindo condições significativas de pagamento | Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) | Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 30 (aplicável antes de 1 de janeiro de 2018) |
|---|--|---|---|
| Embarque de minério de ferro (Take-or-pay) e Transbordo de Petróleo | As faturas dos serviços take-or-pay são emitidas mensalmente e geralmente são pagas em 30 dias. | A receita é reconhecida ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. O critério para determinar o valor da receita é avaliado com balanço. A etapa base no trabalho realizado. Se os serviços referentes a um único contrato forem prestados em diferentes períodos de medição, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda independentes. | A receita foi reconhecida proporcionalmente ao estágio de conclusão do serviço na data do balanço. A etapa de atendimento foi avaliada com referência aos levantamentos do serviço realizado. |

m. Receitas e despesas financeiras. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecida no resultado. As despesas financeiras incluem despesas com juros sobre empréstimos de partes relacionadas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa efetiva de juros. Após o início das operações, cessou a capitalização dos custos de empréstimo e as despesas são reconhecidas no resultado. Os juros pagos sobre empréstimos no ano são apresentados no fluxo de caixa das atividades operacionais. **n. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legalmente exequível de compensar passivos e ativos fiscais, e quando lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade sujeita à tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados anualmente e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, quando aplicável. **o. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **p. Principais alterações nas políticas contábeis.** A Companhia aplicou inicialmente o *CPC 06 - Arrendamentos* a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia adotou o *CPC 06(R2)* utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o *CPC 06(R1)/IAS 17* e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no *CPC 06(R2)* em geral não foram aplicados a informações comparativas. **Definição de arrendamento.** A Companhia anteriormente classificava os arrendamentos como operacionais ou financeiros, baseando-se na avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente para a Companhia. De acordo com o *CPC 06*, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento mercantil para a maioria desses arrendamentos no balanço patrimonial. O *CPC 06* introduz um modelo único de contabilidade de arrendamento no balanço para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa seu direito de usar o ativo subjacente, e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante ao padrão atual - ou seja, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos como financeiro ou operacional. O *CPC 06 (R2)* substitui as diretrizes de arrendamento existentes, incluindo o *CPC 06* e o *ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27)*. **Transição.** Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos de propriedades como arrendamentos operacionais de acordo com o *IAS 17*. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o impacto potencial que a aplicação inicial do *CPC 06 (R2)* teria nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo:

| Em milhares de reais | 1º de Janeiro de 2019 |
|-------------------------|-----------------------|
| Ativo | |
| Ativo de direito de uso | 2.966 |
| Imposto diferido | |
| Passivo | |
| Passivo de arrendamento | 2.966 |
| Resultado | |
| Depreciação | |
| Despesas | |

Ao mensurar os passivos de arrendamento mercantil para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento mercantil utilizando sua taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 12,83% ao ano. Para detalhes das políticas contábeis no *CPC 06*, vide nota 10. **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.** O *ICPC 22* esclarece acerca da contabilização do imposto de renda e contribuição social cuja a companhia tenha entendimento divergente da receita federal, ou seja, que ainda não foram aceitos pelas autoridades fiscais. Embora os prazos para apresentação de suas declarações fiscais e demonstrações financeiras possam ter meses de diferença, o *ICPC 22* pode exigir mais rigor na finalização



dos julgamentos sobre os valores a serem incluídos na declaração fiscal antes que as demonstrações contábeis sejam finalizadas. O ICPC 22 é válido para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Após análises, a Companhia concluiu que não há incerteza a ser refletida na contabilização do imposto de renda na aplicação da nova norma. **4 Novas normas e interpretações ainda não emitidas. International Accounting Standards Board (IASB).** As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não foram adotadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2019.

| Normas | Descrição | Data efetiva |
|---|---|---|
| Definição de negócio – Emendas ao IFRS 3 | Estabelece novos requisitos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócios segundo o IFRS 3 - Combinação de negócios ou como uma aquisição de ativos. | 1º de Janeiro de 2020, aplicação prospectiva. |

Reforma da taxa de juros de referência – Emendas aos IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39

Alterar o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a fim de incluir exceções temporárias aos requisitos atuais de contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos de incertezas causadas pela reforma de 2020, da taxa de juros (LIBOR) recomendada pela *Financial Stability Board (FSB)*. . . retrospectiva. Altera a definição de "material" para estabelecer que as informações são materiais se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos principais usuários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu as alterações no IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros.

Este IFRS substitui o IFRS 4 - Contratos de seguros e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguros e resseguros.

IFRS 17 – Contratos de seguros

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Investimentos de curto prazo de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os retornos dos investimentos em 2019 e 2018 são de 100,95% e 99,89% da taxa DI, respectivamente. O portfólio atualmente consiste em fundos de investimentos e certificados de depósito emitidos pelo Banco ABC e Santander, respectivamente. **6 Estoques.** Em 2019, o saldo dos estoques da controladora e consolidado referem-se a equipamentos de manutenção totalizando R\$ 25.937 (R\$ 21.618 em 2018). **7 Imposto de renda e contribuição social.** As movimentações nos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são as seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|---------------|------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Caixa e bancos | 185 | 401 | 701 | 670 |
| Equivalentes de caixa | | | | |
| Fundos de investimento | 23.393 | 16.941 | 23.604 | 16.941 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 15.022 | 14.314 | 15.022 | 14.314 |
| | 38.600 | 31.655 | 39.327 | 31.925 |
| Ativos | | | | |
| Prejuízos fiscais | 93.108 | - | (56.679) | 36.428 |
| Diferenças temporárias: Provisão de bônus, contingências e outros | | | | |
| Diferença entre a base de impostos e o valor contábil – ativos diferidos | 12.977 | - | 6.889 | 19.866 |
| Créditos de impostos originários de incorporação (a) | 14.188 | - | (14.188) | - |
| Outros | 15.787 | - | (15.787) | - |
| Total de imposto diferido ativo | 136.060 | - | (79.765) | 56.294 |
| Passivos | | | | |
| Diferença entre a base de impostos e o valor contábil das taxas de depreciação | (47.791) | - | (13.189) | (60.980) |
| Diferenças Temporárias: Juros Capitalizados | (28.457) | - | (22.697) | (51.154) |
| Depósitos judiciais | (2.103) | - | 364 | (1.739) |
| Total de imposto diferido passivo | (78.351) | - | (35.522) | (113.873) |
| Efeito líquido | 57.709 | - | (115.286) | (57.579) |

(a) Em 30 de Junho de 2014, a acionista da Companhia Centennial Asset Participações Minas-Rio S.A. e parte dos ativos cindidos da Anglo American Participações Ltda. foram incorporados na Ferroport com o objetivo de simplificar a estrutura de propriedade dos investimentos da Anglo American no Brasil, reduzindo os custos e o número de entidades legais, simplificando os procedimentos para distribuir os lucros dentro da estrutura corporativa e permitindo uma melhor utilização dos impostos corporativos disponíveis para a Ferroport na lei brasileira. A recuperação dos ativos fiscais diferidos baseia-se em um plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia avalia o valor contábil dos ativos fiscais diferidos com base na receita futura tributável da Companhia e mantém estes ativos no seu valor de realização esperado. A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social e o valor ao se aplicar a taxa nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram os seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Resultado antes de impostos de renda e contribuição social | 635.735 | 93.357 | 635.897 | 93.273 |
| Imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva de 34% | (216.150) | 31.741 | (216.205) | 31.713 |
| Efeito da alíquota sobre o lucro presumido | - | - | (162) | 84 |
| Ajustes: | | | | |
| PÉRT (Programa de regularização tributária) | 3.320 | - | 3.320 | - |
| Diferido – Prejuízo fiscal AAMFB e Prumo Logística | 4.829 | 4.829 | 4.829 | 4.829 |
| Diferido - Provisão e reversão de provisão | (14.660) | 16.804 | (14.660) | 16.804 |
| Outros | (3.593) | 16.050 | (3.538) | 15.994 |
| Total | (226.254) | 64.595 | (226.416) | 64.595 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (118.187) | - | (118.349) | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (108.067) | 64.595 | (108.067) | 64.595 |
| Total Imposto de renda e contribuição social | (226.254) | 64.595 | (226.416) | 64.595 |
| Alíquota efetiva | 36% | 69% | 36% | 69% |
| 8 Impostos a recuperar | | | | |
| Controladora | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Imposto de renda – Antecipação | 49.969 | 11.661 | 49.969 | 11.661 |
| Contribuição social – Antecipação | 17.153 | 3.313 | 17.153 | 3.313 |
| PIS e COFINS | 8.009 | 74.279 | 8.009 | 74.279 |
| INSS | - | 24 | 54 | 24 |
| ISS | 47 | 68 | 68 | 68 |
| Subtotal impostos a recuperar | 75.178 | 89.345 | 75.253 | 89.345 |
| Impostos a recuperar | 784 | 784 | 784 | 784 |
| Contribuição social | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Total de imposto de renda e contribuição social a recuperar | 787 | 787 | 787 | 787 |
| Total | 75.965 | 90.132 | 76.040 | 90.132 |

9 Depósito judicial

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------------|-------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Imposto de renda e contribuição social (a) | | 35.453 | | 34.485 |
| Outros | | 1.759 | | 1.489 |
| | | 37.212 | | 35.974 |

(a) A Companhia questiona a exigibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido em sua fase pré-operacional, e impetrou um mandado de segurança em janeiro de 2008, realizando depósito judicial no montante de R\$ 16.403 (valor atualizado R\$ 35.453). A Ferroport obteve decisão desfavorável e está aguardando o julgamento de seu recurso. O valor depositado foi declarado integralmente em "Impostos a pagar".

10 Investimento em controlada. Os Investimentos em controladas são os seguintes: **a. Movimento da participação em controladas**

| | 2018 | | 2019 | |
|-------------------------------|-----------|--------------------------|------|------|
| | Aquisição | Equivalência Patrimonial | 2019 | 2018 |
| Ferroport Serviços EIRELI (a) | 375 | - | 470 | 845 |

(a) Como mencionado na nota 1.1, A Ferroport Serviços iniciou a operação em Agosto de 2018

b. Informações relevantes sobre a controlada:

| Controladas | % | Número de ações (em milhares) | Ativo | Passivo | Patrimônio Líquido | Cálc. no período | Lucro |
|---------------------------|-----|-------------------------------|-------|---------|--------------------|------------------|-------|
| | | | | | | | |
| Ferroport Serviços EIRELI | 100 | 100 | 982 | (137) | (845) | 100 | 469 |

11 Direito de uso / Passivos de Arrendamentos. A tabela abaixo apresenta os contratos que se enquadram no escopo do CPC 06 R2, segregado por fornecedor com seus respectivos valores iniciais, termos contratuais e taxas de juros aplicadas em 01 de Janeiro de 2019:

| Fornecedor | Ativos | Direito de uso | Arrendamento | Me-ses | Juros mensais |
|------------|-------------------------|----------------|--------------|--------|---------------|
| Localiza | Veículos | 2.128 | 2.128 | 38 | 1,02802% |
| Estaf | Máquinas e equipamentos | 16 | 16 | 4 | 0,99022% |
| Ortec | Máquinas e equipamentos | 226 | 226 | 22 | 0,99022% |
| Santim* | Máquinas e equipamentos | 596 | 596 | 8 | 0,99022% |
| | | 2.966 | 2.966 | | - |

(*) Contratos originalmente maiores do que 12 meses. Para obter as taxas de juros, a Companhia simulou captação de recursos de instituições financeiras para aquisição dos ativos em questão, em condições contratuais semelhantes. Os impactos no direito de uso e arrendamento, com os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2019 são:

| Arrendamento - Ativo | 01/01/2019 | Adição | (-) Depreciação | 31/12/2019 |
|--|--------------|--------------|-----------------|--------------|
| Direito de uso – Veículos | 2.128 | 160 | (600) | 1.688 |
| Direito de uso – Máquinas e equipamentos | 838 | 2.799 | (1.042) | 2.595 |
| | 2.966 | 2.959 | (1.642) | 4.283 |

Arrendamento - Passivo

| | 01/01/2019 | Adi-Transfe-ção rências | Ju-ros | Paga-mentos | 31/12/2019 |
|----------------|--------------|-------------------------|----------|-------------|----------------|
| Circulante | 1.047 | 984 | 1.075 | 385 | (1.922) |
| Não circulante | 1.919 | 1.976 | (1.075) | - | 2.820 |
| | 2.966 | 2.960 | - | 385 | (1.922) |

Pagamentos

| | 2019 | | Total |
|-------------------------|---------------------|------------------|----------------|
| | Fixo (arrendamento) | Variável (Custo) | |
| Veículos | (779) | (39) | (818) |
| Máquinas e equipamentos | (1.143) | (77) | (1.220) |
| | (1.922) | (116) | (2.038) |

12 Imobilizado

| | Taxa de Depreciação anual % | Custo | Depreciação acumulada | Saldo líquido em 2018 | Saldo líquido em 2019 |
|---|-----------------------------|------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Benfeitorias | 4 | 66.220 | (65.089) | 1.131 | 617 |
| Móveis e utensílios | 10 | 731 | (480) | 251 | 246 |
| Veículos | 20 e 25 | 1.332 | (957) | 375 | 118 |
| Equipamentos de informática | 20 | 8.685 | (3.222) | 5.463 | 4.912 |
| Máquinas e equipamentos | 10, 20 e 50 | 12.422 | (4.274) | 8.148 | 5.115 |
| Equipamentos eletrônicos | 20 | 782 | (374) | 408 | 1.832 |
| Defensas | 10 | 4.031 | (1.929) | 2.102 | 2.488 |
| Quebra-Mar | 2,22 | 852.373 | (95.433) | 756.940 | 774.693 |
| Canal de acesso marítimo | 2,22 | 451.796 | (37.739) | 414.057 | 420.673 |
| Pier - Terminal Portuário | 2,22 | 828.852 | (66.912) | 761.940 | 777.210 |
| Equipamentos de segurança | 10 | 20.114 | (6.789) | 13.325 | 13.203 |
| Ferramentas e equipamentos operacionais | 5 e 20 | 16.648 | - | 16.648 | 9.750 |
| Obras em andamento | - | 109.382 | - | 109.382 | 94.667 |
| Outros | - | 17.520 | (11.802) | 5.718 | 8.230 |
| | | 2.390.888 | (295.000) | 2.095.888 | 2.113.754 |

Movimentação no imobilizado:

| Controladora a Consolidado | Custo | Taxa de Depreciação anual % | 2017 | Adições | Alocação de ativos | Baixas (a) | Transferências (b) | 2018 |
|---|--------|-----------------------------|---------------|---------------|--------------------|------------|--------------------|------------------|
| | | | | | | | | |
| Benfeitorias | 4 | 69.228 | 502 | - | - | - | - | 69.730 |
| Móveis e utensílios | 10 | 677 | - | - | (1) | - | - | 676 |
| Veículos | 20 | 904 | 135 | - | - | - | - | 1.039 |
| Equipamentos de informática | 20 | 6.579 | 921 | - | (139) | - | - | 7.361 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 6.910 | 638 | - | - | - | - | 7.548 |
| Equipamentos eletrônicos | 20 | 5.583 | 432 | - | - | - | - | 6.015 |
| Defensas | 10 | 4.031 | - | - | - | - | - | 4.031 |
| Quebra-Mar | 2,22 | 828.425 | 1.374 | - | - | 21.634 | - | 851.433 |
| Canal de acesso marítimo | 2,22 | 451.690 | - | - | - | - | - | 451.690 |
| Pier - Terminal Portuário | 2,22 | 813.168 | 160 | 11.379 | (211) | - | 5.706 | 830.202 |
| Equipamentos de segurança | 10 | 14.524 | 640 | - | - | - | 3.385 | 18.549 |
| Ferramentas e equipamentos operacionais | 10 e 5 | 4.235 | 5.515 | - | - | - | - | 9.750 |
| Adiantamentos a fornecedores | - | 258 | (258) | - | - | - | - | - |
| Obras em andamento | - | 112.838 | 12.553 | (119) | 117 | - | (30.725) | 94.667 |
| Outros | 10 e 5 | 10.314 | 64 | - | - | - | - | 10.378 |
| | | 2.329.364 | 22.676 | 11.260 | (234) | - | - | 2.363.069 |

(a) A principal baixa refere-se a impairment em virtude de mudança tecnológica no projeto do quebramar. A nova tecnologia originou perda de 4.000 core-locs no total de R\$ 13.458. (b) Refere-se ao reconhecimento dos créditos de Pis e Cofins sobre construção civil ao prazo de 12 meses, como mencionado na nota 07.

| Controladora a Consolidado | Depreciação | Taxa de Depreciação anual % | 2017 | Adições | Alocação de ativos | Baixas | Transferências | 2018 |
|-----------------------------|-------------|-----------------------------|-----------------|---------------|--------------------|----------|----------------|------------------|
| | | | | | | | | |
| Benfeitorias | 4 | (67.925) | (1.188) | - | - | - | - | (69.113) |
| Móveis e utensílios | 10 | (366) | (65) | - | 1 | - | - | (430) |
| Veículos | 20 | (896) | (25) | - | - | - | - | (921) |
| Equipamentos de informática | 20 | (1.820) | (768) | - | 139 | - | - | (2.449) |
| Máquinas e equipamentos | 10 | (1.700) | (733) | - | - | - | - | (2.433) |
| Equipamentos eletrônicos | 20 | (4.116) | (67) | - | - | - | - | (4.183) |
| Defensas | 10 | (1.157) | (386) | - | - | - | - | (1.543) |
| Quebra-Mar | 2,22 | (58.494) | (18.246) | - | - | - | - | (76.740) |
| Canal de acesso marítimo | 2,22 | (24.326) | (6.691) | - | - | - | - | (31.017) |
| Pier - Terminal Portuário | 2,22 | (38.323) | (14.688) | - | - | - | 19 | (52.992) |
| Equipamentos de segurança | 10 | (3.933) | (1.394) | - | - | - | (19) | (5.346) |
| Outros | 10 e 5 | (563) | (1.585) | - | - | - | - | (2.148) |
| | | (203.619) | (45.836) | 140 | - | - | - | (249.315) |
| | | 2.125.745 | (23.160) | 11.260 | (94) | - | - | 2.113.754 |

| Controladora a Consolidado | Depreciação | Taxa de Depreciação anual % | 2018 | Adições | Transferências | 2019 |
|-----------------------------|-------------|-----------------------------|-------|---------|----------------|----------|
| | | | | | | |
| Benfeitorias | 4 | (69.113) | (56) | 4.080 | - | (65.089) |
| Móveis e utensílios | 10 | (430) | (49) | - | - | (479) |
| Veículos | 20 | (921) | (36) | - | - | (957) |
| Equipamentos de informática | 20 | (2.449) | (773) | - | - | (3.222) |
| Máquinas e equipamentos | 10 | (2.433) | (970) | (871) | - | (4.274) |
| Equipamentos eletrônicos | 20 | (4.183) | (112) | 3.921 | - | (374) |
| Defensas | 10 | (1.543) | (386) | - | - | (1.929) |
| Quebra-Mar | 2,22 | (76.740) | | | | |

(a) Impactado principalmente pelos processos da ARG/Civilport e Arcoenge nos montantes de R\$ 158.701 (R\$ 151.444 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 41.529 (R\$ 39.630 em 31 de dezembro de 2018). Ambas as empresas reivindicam a quebra de contratos (Contratos de Lump Sum e Turn Key) e os custos relacionados com a desmobilização. **17 Patrimônio Líquido. Capital.** A estrutura acionária da Companhia em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é demonstrada a seguir:

| | Quantidade de ações | | % |
|---|---------------------|------------------|------------|
| | 2019 | 2018 | |
| Prumo Participações e Investimentos S.A. | 875.617 | 539.988 | 50 |
| Anglo American Investments - Minério de Ferro Ltda. | 875.617 | 539.988 | 50 |
| | 1.751.234 | 1.079.976 | 100 |

Reservas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva legal, que se destina a assegurar a integridade do capital social, e que somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social, está configurado em uma base anual de 5% do lucro líquido para o ano e não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 389.007 mediante a emissão de 671.258 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 579,52 por ação, totalmente subscritas pelos acionistas proporcionalmente. Após o aumento, o montante total do capital social da Ferroport em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 803.404. **Dividendos.** O Acordo de acionistas determina que os dividendos somente serão distribuídos após a liquidação total dos empréstimos com partes relacionadas.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Embarque de minério de ferro (Take or Pay) | 741.476 | 185.488 | 741.477 | 185.542 |
| Compensação financeira em virtude do Settlement Agreement (a) | 241.806 | - | 241.806 | - |
| Transbordo de óleo (T-Oil) | 51.964 | 27.213 | 51.962 | 27.213 |
| Serviços portuários | - | - | 1.673 | 832 |
| | 1.035.246 | 212.701 | 1.036.918 | 213.588 |

(a) A Ferroport foi notificada pela AAMFB que declarou força maior indicando que os dois vazamentos, ocorridos em 12 e 29 de março, causaram a suspensão da licença de operação do mineroduto pelas autoridades locais, até que uma inspeção ao longo de toda sua extensão fosse executada, e sua segurança fosse confirmada por um especialista independente. Além disso, a AAMFB suspendeu os pagamentos de Take or Pay. A Ferroport iniciou um procedimento de arbitragem contra a AAMFB por não cumprimento das obrigações estabelecidas no "Framework Agreement and Asset Allocation Agreement" ("Acordo"). A Ferroport e seus acionistas concordaram em fazer o "Settlement Agreement" a fim de encerrar e quitar de forma irrevogável todos os pleitos e defesas feitas em virtude do procedimento arbitral, sem qualquer consideração sobre o mérito da arbitragem.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Receita bruta | 1.035.246 | 212.701 | 1.036.918 | 213.588 |
| Instrumentos financeiros derivativos – liquidação (b) | - | 1.590 | - | 1.590 |
| Impostos sobre receita bruta - PIS/COFINS | (96.261) | (21.955) | (96.322) | (21.988) |
| Impostos sobre serviços – ISS | (15.764) | (4.254) | (15.805) | (4.277) |
| Receita líquida dos serviços | 923.221 | 188.082 | 924.791 | 188.914 |

(b) Em 2018, A Companhia optou por descontinuar as operações de hedge. O montante realizado de instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ 1.590 em 31 de dezembro de 2018.

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Despesa com pessoal e encargos | (41.194) | (34.523) | (42.010) | (34.792) |
| Depreciação e amortização | (41.289) | (47.134) | (41.289) | (47.134) |
| Serviços de terceiros | (20.347) | (15.151) | (20.347) | (15.151) |
| Aluguéis e locações | (2.619) | (3.830) | (2.639) | (3.847) |
| Seguros | (4.149) | (3.669) | (4.149) | (3.681) |
| Consumíveis – peças de reposição | (43.229) | (25.428) | (43.240) | (25.433) |
| Direito de uso – Depreciação | (1.519) | - | (1.519) | - |
| Outros | (4.737) | (4.176) | (4.745) | (4.178) |
| | (159.083) | (133.911) | (159.938) | (134.216) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Despesa com pessoal e encargos | (13.866) | (13.122) | (13.938) | (13.279) |
| Serviços de terceiros | (9.808) | (6.595) | (9.808) | (6.595) |
| Depreciação e amortização | (6.353) | (6.484) | (6.353) | (6.484) |
| Seguros | (71) | (84) | (84) | (84) |
| Despesas de viagem | (388) | (400) | (388) | (400) |
| Aluguéis e locações | (229) | (367) | (229) | (369) |
| Direito de uso – Depreciação | (123) | - | (123) | - |
| Contingências | (3.803) | (12.635) | (3.803) | (12.635) |
| Outras | (2.977) | (1.953) | (2.985) | (1.959) |
| | (37.618) | (41.640) | (37.711) | (41.805) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|-------------|----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Reversão (Provisão) para redução ao valor recuperável – Liquidação de Energia elétrica não consumida (a) | - | 1.650 | - | (4.354) |
| | | 1.650 | | (4.354) |

(a) Provisão reconhecida de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Energia elétrica não consumida (a) | 10.945 | 18.022 | 10.945 | 18.022 |
| Receita diferida – direito de uso | 1.991 | 1.991 | 1.991 | 1.991 |
| Outras | 159 | 38 | 159 | 38 |
| | 13.095 | 20.051 | 13.095 | 20.051 |

(a) Refere-se ao ganho com a negociação de energia elétrica não consumida com a CCEE – Câmara de Comercio de Energia Elétrica e outras comercializadoras de energia.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Impostos sobre transações financeiras (IOF) | (656) | (510) | (658) | (511) |
| Juros – mútuos | (112.241) | (124.062) | (112.241) | (124.062) |
| Juros – Arrendamentos | (386) | - | (386) | - |
| Outros | (625) | (2.041) | (625) | (2.042) |
| | (113.908) | (126.613) | (113.910) | (126.615) |
| Receita financeira | | | | |
| Reversão de juros e multas - PERT | 4.009 | - | 4.009 | - |
| Receitas de aplicações financeiras | 3.874 | 4.740 | 3.887 | 4.740 |
| Parcela inefetiva do instrumento de hedge | 24 | 12 | 24 | 12 |
| | 7.907 | 4.752 | 7.920 | 4.752 |
| Resultado financeiro líquido | (106.001) | (121.861) | (105.990) | (121.863) |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
 Aos Acionistas, Conselho de Administração e Administração da Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com

24 Compromissos assumidos. A Companhia assumiu compromissos futuros no montante de R\$ 162.229 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 150.180 em 31 de dezembro de 2018), que devem ser realizados no curso das operações:

| Área | 2019 | 2018 |
|------------------|----------------|----------------|
| Operação | 62.080 | 73.754 |
| Sustentabilidade | 16.990 | 24.869 |
| Administrativo | 29.314 | 11.812 |
| Manutenção | 20.576 | 11.669 |
| Jurídico | 12.047 | 9.964 |
| RH | 13.200 | 6.414 |
| Outros | 8.022 | 11.698 |
| Total | 162.229 | 150.180 |

25 Instrumentos financeiros. A Companhia está envolvida em transações com instrumentos financeiros administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e proteção. A política de controle consiste no monitoramento permanente das taxas contratadas versus as taxas de mercado vigentes. Em 2018, a estratégia de hedge para proteger as flutuações do dólar foi reavaliada e considerada não efetiva. Em 2019, a Companhia não realizou operações de hedge. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para desenvolver a estimativa mais adequada do valor de realização. Consequentemente, as estimativas não indicam necessariamente os valores que poderiam ser realizados no atual mercado de câmbio. Os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

| Classificação | Controladora | | | |
|--|----------------|--------------------------------|----------------|--------------------------------|
| | 2019 | | 2018 | |
| | Valor Contábil | Nível Mensu-hierár-ração quico | Valor Contábil | Nível Mensu-hierár-ração quico |
| Ativos | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 38.600 | amortizado | 31.655 | amortizado |
| Contas a receber de partes relacionadas | 373.440 | amortizado | 30.126 | amortizado |
| Passivos | | | | |
| Outros passivos financeiros | | | | |
| Fornecedores | 22.884 | amortizado | 2 | 18.510 |
| Empréstimos de partes relacionadas | 1.458.916 | amortizado | 2 | 1.796.545 |

Nível 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2: inputs, exceto preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

| Classificação | Consolidado | | | |
|--|----------------|--------------------------------|----------------|--------------------------------|
| | 2019 | | 2018 | |
| | Valor Contábil | Nível Mensu-hierár-ração quico | Valor Contábil | Nível Mensu-hierár-ração quico |
| Ativos | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 38.600 | amortizado | 31.925 | amortizado |
| Contas a receber de partes relacionadas | 373.521 | amortizado | 30.264 | amortizado |
| Passivos | | | | |
| Outros passivos financeiros | | | | |
| Fornecedores | 22.284 | amortizado | 2 | 18.510 |
| Empréstimos de partes relacionadas | 1.458.916 | amortizado | 2 | 1.796.545 |

Nível 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 inputs, exceto preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os ativos e passivos financeiros, devido às suas características e prazos de vencimento, a Administração entende que os valores justos não diferem de forma relevante dos seus valores contábeis. O método de avaliação utilizado pela Companhia é o fluxo de caixa descontado. O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos previstos, descontados de uma taxa de risco ajustada. As transações financeiras da empresa estão sujeitas aos seguintes fatores de risco: **Risco cambial.** Risco de flutuação nas taxas de câmbio, que podem estar associadas aos ativos e passivos da Companhia. A Companhia administra o risco cambial para identificar e mitigar riscos associados às flutuações no valor das moedas com as quais seus ativos e passivos globais estão associados. Atualmente, a única transação em dólares americanos é o contrato take-or-pay, convertido em reais quando faturado. Se-

os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua Controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. A Administração é responsável por supervisionar o processo de elaboração do relatório financeiro da empresa. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

que abaixo tabela com a exposição ao risco cambial do balanço:

| | Consolidado | | | |
|--|----------------|---------------|---------------|--------------|
| | 2019 | | 2018 | |
| | R\$ | USD | R\$ | USD |
| Contas a receber de partes relacionadas | 373.521 | 92.685 | 30.264 | 7.784 |
| Exposição líquida do balanço patrimonial | 373.521 | 92.685 | 30.264 | 7.784 |

Risco de liquidez. A tabela abaixo apresenta os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Estes valores são brutos e não são descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem os impactos de compensações dos acordos.

| | Até 6 meses | Até 1 ano | De 1 ano | |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | | | Total | Total |
| Passivos financeiros Fornecedores | 22.284 | - | - | 22.284 |
| Empréstimos com partes relacionadas | 210.102 | 124.524 | 289.828 | 1.077.433 |
| Total por faixa de vencimento | 210.102 | 147.408 | 289.828 | 1.077.433 |

Os acionistas da Companhia têm apoiado a implementação do plano de negócios. Até dezembro de 2019, os recursos adicionais necessários para que a Companhia finalize a construção do porto foi financiada por seus acionistas. O Capex remanescente até a finalização do projeto será pago pela geração de caixa da Companhia e pelos acionistas quando exigido pelo Acordo. **Risco de crédito.** Este risco decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia adota como prática a análise de "rating" das instituições financeiras através de relatórios de créditos elaborados pelas principais agências com objetivo de classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance de cada banco. A exposição ao risco de crédito da Companhia é influenciada principalmente pelas características de cada cliente. Entretanto, a Administração considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito dos seus clientes, incluindo o risco associado ao ramo de atividade exercido pelo cliente. A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa em instituição financeira com nota AAA baseada na avaliação da agência S&P no montante de R\$ 39.327 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 31.925 em 31 de dezembro de 2018). Os saldos expostos a riscos de crédito são os seguintes:

| | 2019 | 2018 |
|--|----------------|---------------|
| Instrumentos financeiros | | |
| Equivalentes de caixa | 39.327 | 31.925 |
| Contas a receber (partes relacionadas) | 373.521 | 30.264 |
| | 412.848 | 62.189 |

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a receita com serviços da Companhia está inteiramente relacionada aos serviços prestados a partes relacionadas. Caixa e bancos e equivalentes de caixa são investidos em instituições bancárias com rating no mínimo A. **Gerenciamento de capital.** Os recursos da Companhia para desenvolver seu plano de negócios foram financiados integralmente por meio de contribuições de capital e empréstimos dos acionistas. A tesouraria da Companhia monitora os recursos necessários para capital de giro e investimentos, que são disponibilizados pelos acionistas em cada mês. A Companhia iniciou suas operações em outubro de 2014 e desde então começou a gerar caixa operacional; os recursos adicionais necessários para a conclusão da construção do porto também serão financiados pelos acionistas por meio de empréstimos adicionais quando exigido pelo Acordo e pela geração de caixa operacional. **26 Cobertura de seguros.** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Os valores dos capitais segurados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram os seguintes:

| | 2019 | 2018 |
|------------------------------------|-----------|-----------|
| Danos materiais e lucros cessantes | 2.430.200 | 2.299.900 |
| Responsabilidade Civil | 201.535 | 193.740 |
| Responsabilidade Civil Ambiental | 30.000 | 30.000 |
| D&O | 60.000 | 60.000 |

27 Eventos subsequentes. Arbitragem. A Ferroport recebeu um aviso da AAMFB declarando força maior devido aos dois vazamentos no duto, ocorridos nos dias 12 e 29 de março de 2018, e o fato de as autoridades locais suspenderem a licença do duto até que uma inspeção detalhada em todo o seu comprimento seja executada e sua segurança seja confirmada por um especialista independente. Consequentemente, a AAMFB suspendeu os pagamentos referentes ao contrato de take-or-pay. Uma disputa entre as partes surge do Acordo de Acionistas. Em 16 de março de 2020, foi assinado o acordo de liquidação entre a Ferroport e seus acionistas, a fim de resolver de forma definitiva e irrevogável todas as reivindicações e defesas feitas em relação às disputas e finalizar de forma definitiva e irrevogável as arbitragens, sem qualquer julgamento de méritos. Esse processo de conciliação teve início em 2019, com a suspensão da arbitragem em 13 de setembro de 2019. Em 9 de dezembro de 2019, o acordo foi aprovado pelas partes no total de US\$ 60 milhões (equivalente a R\$ 241.806), com evidências substanciais e significativas, que exige reconhecimento em 2019, conforme instruído pelo CPC 24 (eventos subsequentes). **Covid-19.** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas por parte dos governos e entidades do setor privado, que aumentaram o impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. A administração avalia constantemente o impacto do surto nas operações e posição patrimonial e financeira da Companhia, e embora a situação no Brasil deva se complicar nas próximas semanas, acreditamos que é improvável um bloqueio completo da atividade portuária em São João da Barra ou da mineração em Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais. Portanto, concluímos que o coronavírus provavelmente terá um baixo impacto nas operações da Ferroport, sem efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras de 2019. No entanto, se a situação mudar drasticamente, precisaremos reavaliar seus impactos.

Carsten Bosselmann - Diretor Presidente e de Operações
Marcelo Amaral Palladino - Diretor Financeiro
Douglas dos Santos Guimarães - Contador CRC-RJ-110416/O-0

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e da sua controlada. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e da sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua Controlada a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020
 KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ
 Original in English signed by
 Luís Claudio França de Araújo - Contador CRC RJ-091559/O-4